

Rio, cidade global:

o legado intangível dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016

Rio, global city: the intangible legacy of the 2016 Olympic and Paralympic Games

Rafael Lisboa Salgado Pinha

Jornalista pela UERJ e mestre em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC-FGV, possui MBA em Relações Internacionais pela FGV. É consultor de comunicação e professor da pós-graduação em Políticas & Sociedade do IESP/Arquivo da Cidade.

RESUMO: O presente artigo pretende analisar o caso dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, realizados na cidade do Rio de Janeiro, a partir da perspectiva da paradiplomacia. Defendemos a hipótese de que a organização das Olimpíadas do Rio reforçou a vocação histórica do Rio de Janeiro como uma cidade global. O sucesso na organização do evento projeta a cidade em termos paradiplomáticos e consolida a experiência carioca como exemplo internacional. O caso dos Jogos Olímpicos de 2016 se torna uma referência na gestão de recursos públicos, na geração de dividendos econômicos e no estabelecimento de um importante legado para a população da cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Olimpíadas do Rio; Paradiplomacia; Legado Olímpico.

ABSTRACT: This article aims to analyze the case of the 2016 Olympic and Paralympic Games, held in the city of Rio de Janeiro, from the perspective of paradiplomacy. We defend the hypothesis that the organization of the Rio Olympics reinforced Rio de Janeiro's historical vocation as a global city. The success in organizing the event projects the city in paradiplomatic terms and consolidates the Rio experience as an international example. The case of the 2016 Olympic Games becomes a reference in the management of public resources, the generation of economic dividends and the establishment of an important legacy for the city's population.

KEYWORDS: Rio Olympics; Paradiplomacy; Olympic Legacy.

Introdução

O presente artigo pretende analisar o caso dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, realizados na cidade do Rio de Janeiro, a partir da perspectiva da paradiplomacia. Defendemos a hipótese de que a organização das Olimpíadas do Rio reforçou a vocação histórica do Rio de Janeiro como uma cidade global. O sucesso na organização do evento projeta a cidade em termos paradiplomáticos e consolida a experiência carioca como exemplo internacional. O caso dos Jogos Olímpicos de 2016 se torna uma referência na gestão de recursos públicos, na geração de dividendos econômicos e no estabelecimento de um importante legado para a população da cidade.

Receber os Jogos Olímpicos e Paralímpicos representou, portanto, mais do que a chance única de hospedar o maior evento esportivo do planeta. Significou – internamente – a possibilidade de promover transformações (em infraestrutura, mobilidade e renovação urbana) que melhoraram a qualidade de vida dos cidadãos e – externamente – seu empoderamento como cidade global. Antes, durante e depois do evento, o Rio ampliou suas conexões internacionais, intensificou suas atividades paradiplomáticas e se consolidou como *player* relevante entre um seleto grupo de metrópoles mundiais.

A edição carioca dos Jogos – que buscou priorizar obras de legado para a população, desenvolver soluções financeiras inovadoras para transferir à iniciativa privada a maior parte das despesas e construir arenas esportivas sustentáveis, com o reaproveitamento das estruturas para outros fins e, assim, evitar os temidos “elefantes brancos” – tornou-se um modelo de organização a ser seguido. O Rio demonstrou que uma cidade de um país em desenvolvimento, apesar de todos os preconceitos e o ceticismo enfrentados por uma representante do Sul Global, foi capaz de entregar Olimpíadas que custaram menos e transformaram a realidade dos cidadãos cariocas, com um legado que segue vivo e em andamento oito

anos depois, e, por isso mesmo, inspirando futuras cidades olímpicas.

Antes de se aprofundar no impacto que os Jogos Olímpicos e Paralímpicos tiveram sobre o desempenho do Rio enquanto ator externo, é preciso primeiramente entender o espaço crescente que as cidades – especialmente as globais – vêm conquistando nas relações internacionais contemporâneas, com a paradiplomacia ganhando cada vez mais importância, e ainda revisitar o histórico internacional do município do Rio de Janeiro, cuja vocação cosmopolita tem origem ainda nos tempos do Brasil Colônia e se fortalece, mais recentemente, a partir dos anos 1990, com um calendário único de eventos ao longo das últimas três décadas.

Cidades como atores das relações internacionais

Quando se pensa em relações internacionais, o que vem à mente, num primeiro momento, como o próprio termo faz crer, é a interação entre nações: como os diferentes países se comportam em relação aos demais, associando-se ou não, cooperando ou divergindo sobre os mais diferentes temas. Hoje, entretanto, são muito mais do que relações entre Estados. Com a globalização e o redimensionamento das dinâmicas de espaço e tempo pelas novas tecnologias, as trocas de conhecimento, o consumo de bens e produtos e o fluxo de capitais ganharam outras proporções. Os marcos territoriais dos países se tornaram insuficientes para um mundo cada vez mais fluido, dinâmico e interdependente, em que a diferença entre “interno” e “externo” se dilui muito rapidamente. E, além dos Estados-nações, entraram em cena novos atores, como governos subnacionais, empresas, organizações não governamentais, redes de indivíduos, entre outros (HARVEY, 1989; ROBERTSON, 1994; GIDDENS, 1994; BECK, 1999; HELD; MCGREW, 2003).

Nesse novo arranjo das relações internacionais, os municípios vêm assumindo papel de destaque. Segundo a Organização das Nações Unidas¹, a parcela da população mundial que vive em centros urbanos corresponde

a 55% do total e, em 2050, o índice chegará a quase 70%. Com um planeta mais urbano, as cidades têm-se tornado cada vez mais o epicentro para a formulação de políticas públicas que afetam invariavelmente todo o mundo. E, liderando esse processo, estão as “cidades globais”. O termo ganhou popularidade nos anos 1990 com a socióloga holandesa Saskia Sassen para designar conglomerados urbanos cujos polos financeiros, culturais e de produção de conhecimento têm influência em nível mundial (SASSEN, 1991).

Localizadas em territórios nacionais, essas metrópoles são o espaço organizacional e institucional para as principais dinâmicas da desnacionalização e funcionam como agentes fundamentais do processo de globalização econômica e cultural (SASSEN, 2005). Essa corrente, capitaneada por Sassen, rompeu com o arcabouço teórico existente até então, que sempre considerou os governos subnacionais como atores exclusivamente domésticos, e os reconheceu como agentes fundamentais da nova lógica da governança global. Sassen (1991), Borja e Castells (1997), Held e McGrew (2003), entre outros autores, destacaram a função internacional das cidades nesse ambiente transformado pela globalização.

Saskia Sassen (1991, 2005, 2009 e 2010) afirma que, nesse mundo interdependente, os Estados enfrentam, assim, uma “nova geografia de poder”. Isso não significa o declínio do Estado, mas o seu reposicionamento. Ainda que sigam sendo os atores principais da política internacional, os Estados deixam de ter o palco apenas para si. Sassen aponta o surgimento de outros “pontos de comando” dentro da nova ordem mundial. Já Peter Taylor – que, no fim dos anos 1990, fundou, na Loughborough University, o GaWC (The Globalization and World Cities Research Network), um centro de estudos sobre as relações entre as cidades mundiais/globais dentro do contexto da globalização – afirma que as cidades se tornaram “os nós organizacionais da governança global” (2005, p. 706).

Bouteligier (2013) ressalta dois papéis fundamentais ocupado pelas cidades nessa engrenagem contemporânea: configurações urbanas e governos locais. Por um lado, as cidades são espaços transnacionais nos quais os processos de globalização se materializam, numa encruzilhada de fluxos de pessoas, mercadorias, capital e ideias; por outro lado, como unidades políticas subnacionais, as cidades são também atores governamentais, responsáveis pela gestão urbana de um território e de uma população, que se associam entre si para compartilhar suas experiências e soluções. Nesse papel duplo de espaço e agente da globalização, as cidades são, assim, responsáveis por conectar o local e o global.

Com a interação entre cidades no plano internacional, essas unidades subnacionais transformam-se, então, em agentes de política externa mesmo não sendo atores estatais, que no passado detinham exclusividade na formulação de agendas internacionais. Esse tipo de articulação conduzida por governos subnacionais ganhou o nome de “paradiplomacia”. O termo surgiu no fim do século passado para explicar as relações exteriores que independem dos governos centrais e, por isso, não se enquadram no conceito de diplomacia tradicional, que historicamente se refere a relações oficiais entre Estados soberanos (DUCHACEK, 1990; SOLDATOS, 1990; HOCKING, 1993; ALDECOA; KEATING, 1999; CORNAGO, 1999).

Panayotis Soldatos (1990) e Ivo Duchacek (1990), pioneiros dos estudos da paradiplomacia a partir do fim da Guerra Fria, conceituaram-na como o conjunto de ações dos governos locais pelas quais estabelecem relações com atores no cenário internacional com o objetivo de representar seus interesses no plano global. Uma das definições mais utilizadas no meio acadêmico é a de Noé Cornago, pesquisador que é expert nos estudos sobre cooperação internacional descentralizada. Segundo ele,

[...] a paradiplomacia pode ser definida como o

envolvimento de governos não centrais nas relações internacionais, por meio do estabelecimento de contatos permanentes ou *ad hoc* com entidades estrangeiras públicas ou privadas, com o objetivo de promover questões socioeconômicas ou culturais, bem como qualquer outra dimensão externa de suas competências constitucionais. (CORNAGO, 1999, p. 40)

Contextualizada a emergência das cidades globais como players estratégicos do xadrez geopolítico contemporâneo e definido o tipo de diplomacia conduzida por elas, os próximos parágrafos serão dedicados à trajetória do Rio de Janeiro como ator paradiplomático brasileiro, tendo como um dos seus pontos altos os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

A vocação internacional do Rio de Janeiro e o calendário de grandes eventos dos últimos 30 anos

A vocação internacional do Rio remonta aos tempos do Brasil Colônia, do qual foi capital desde a 2ª metade do século XVIII e quando, durante o ciclo do ouro, seu porto se consolidou como a principal conexão brasileira com o exterior. Foi a partir de 1808, porém, com a mudança para o Brasil da família real portuguesa fugindo da ameaça de invasão de Napoleão Bonaparte a Lisboa, que a projeção externa do Rio de Janeiro alcançou outro patamar: ao se tornar a capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, a cidade foi a única no mundo a sediar um império europeu fora da Europa. Com a independência brasileira, o Rio foi capital do Império brasileiro e, depois, da República, até a mudança para Brasília em 1960. Além da centralidade política e da produção cultural e intelectual, as belezas naturais do balneário carioca o transformaram numa espécie de destino paradisíaco global, que povoa o imaginário estrangeiro desde sempre e é até hoje a cidade brasileira mais conhecida e visitada pelos turistas.

O Rio de Janeiro foi o primeiro município do Brasil a contar com uma estrutura exclusivamente dedicada às relações internacionaisⁱⁱ. Apesar da atividade diplomática ser uma prerrogativa constitucional do governo federal, por meio do Ministério de Relações Exteriores, a prefeitura da capital carioca passou a ter um órgão voltado para o tema desde a segunda metade dos anos 1980. A Assessoria Internacional foi criada pelo Decreto nº 5.752 de 08 de abril de 1986 e, depois, por meio do Decreto nº 6.917 de 02 de setembro de 1987, transformou-se em Coordenadoria de Relações Internacionais. Suas competências envolvem desde o relacionamento com organismos multilaterais e entidades de representação estrangeira até a preparação de acordos de cooperação e apoio à participação e à realização de eventos internacionais.

E foram justamente os grandes eventos que o Rio recebeu nas últimas três décadas que contribuíram para catapultar sua imagem externa e fortalecer o seu papel como ator paradiplomático. As conferências climáticas inauguraram esse movimento e projetaram a cidade não somente como palco de grandes eventos, mas como o centro de debates globais estratégicos, com a presença de autoridades de todos os cantos do planeta. Esta retomada começou com a Rio-92 ou Cúpula da Terra, a histórica Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que, ao reunir em terras cariocas representantes de 179 nações, incluindo 108 chefes de Estado ou governo, deu centralidade à discussão ambiental numa escala jamais vista e produziu instrumentos jurídicos que serviram de base para o regime internacional do meio ambiente e clima.

Vinte anos depois, em 2012, lideranças mundiais voltaram a se reunir no Rio de Janeiro para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Quase 190 países enviaram representantes ao encontro para renovar o compromisso político com o desenvolvimento sustentável, englobando as suas três dimensões – ambiental, econômica e social. Desde a Cúpula da Terra, em 1992, a

imagem do Rio de Janeiro passou a estar muito associada à pauta do meio ambiente. Além dos ativos naturais da cidade, que abriga duas das maiores florestas urbanas do mundo – o Parque da Pedra Branca e a Floresta da Tijuca – e tem quase 1/3 do seu território formado por unidades de conservação, o Rio tornou-se pioneiro no desenvolvimento e na implementação de políticas públicas sustentáveis e se consolidou como uma liderança internacional sobre o tema.

Tendo criado sua Secretaria Municipal de Meio Ambienteⁱⁱⁱ logo no ano seguinte à Rio-92, em 1993, a capital carioca foi o primeiro município brasileiro a fazer parte do ICLEI (Governos Locais pela Sustentabilidade)^{iv}, a rede global de cidades fundada no início dos anos 1990 com foco exclusivo – e inédito – em meio ambiente e clima. Em outubro de 2000, o primeiro Secretariado Regional do ICLEI para América Latina e Caribe foi aberto no Rio, onde se manteve até ser transferido para Buenos Aires em 2006. A prefeitura do Rio de Janeiro também^v foi a primeira e única do Sul Global a presidir a Rede C40 de Grandes Cidades para Liderança Climática – grupo criado em 2005 que reúne 96 das maiores e mais importantes cidades do globo comprometidas com o clima e responde por 1/5 da economia mundial. Em 2013, o prefeito Eduardo Paes foi eleito Chair da C40 – sucedendo Michael Bloomberg, então prefeito de Nova York – e liderou os principais municípios do planeta em momentos decisivos da agenda ambiental e climática até 2016, quando passou o cargo à Anne Hidalgo, prefeita de Paris, que permaneceu na posição pelos três anos seguintes. Atualmente, Paes e Hidalgo presidem, junto com o professor Jeffrey Sachs, a Comissão Global para Finanças Urbanas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Global Commission for Urban SDG Finance)^{vi}, que é um comitê internacional para garantir que o financiamento climático chegue de forma eficiente ao nível local.

Se o multilateralismo verde tem guiado o Rio de Janeiro no seu processo de inserção internacional desde o início dos anos 1990, foi o calendário esportivo do século XXI que deu novo impulso à sua projeção externa,

numa escala ainda maior. Entre 2007 e 2016, a cidade foi sede dos principais eventos mundiais do esporte, incluindo Copa e Olimpíadas. Integraram essa extensa agenda os Jogos Pan-Americanos em 2007, os Jogos Mundiais Militares em 2011, a Copa das Confederações em 2013, a Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos em 2016 – a primeira edição realizada na América do Sul. Para se ter a dimensão de como esses eventos têm potencial de chamar a atenção do mundo todo para a cidade anfitriã, que, por isso mesmo, tem impulsionada sua capacidade de articulação internacional, os números registrados nas Olimpíadas de 2016 são superlativos e bem ilustrativos: os Jogos, que reuniram mais de 15 mil atletas de mais de 200 países, atraíram cerca de 30 mil jornalistas e quase 1,5 milhão de turistas para o Rio, além de terem sido acompanhados por uma audiência global de 5 bilhões de espectadores, isto é, dois em cada três habitantes do planeta.

Esses são números que se referem apenas ao período do evento em si, isto é, os 17 dias de competições olímpicas e os outros 12 dos torneios paralímpicos. Mas o impacto de ser uma cidade olímpica começa muito antes, ainda durante a disputa com as outras postulantes ao título, estende-se por todos os sete anos de preparação e segue mesmo depois que os Jogos acabam. O efeito da Rio 2016 – não apenas para a exposição do Rio de Janeiro, mas também sobre seu peso como ator internacional – será mais bem explorado nos parágrafos finais deste artigo. Antes, porém, vale registrar outros eventos que tiveram ou terão a capital carioca como palco e que reforçam a sua condição de cidade global.

No meio dessa sequência de competições esportivas na década passada, o Rio também sediou em 2013 a Jornada Mundial da Juventude, evento da Igreja Católica – o primeiro do Papa Francisco, que acabara de ser escolhido como sucessor de Bento XVI, fora do Vaticano – que mobilizou na missa principal, na Praia de Copacabana, o público recorde de 3,7 milhões de pessoas, com fiéis vindos de 175 países. Agora em 2024, a cidade vai sediar em novembro a cúpula dos chefes de Estado e de governo do G20, fórum

de países que reúne as maiores economias do mundo e que, pela primeira vez, está sendo presidido pelo Brasil. Mais do que ser anfitrião do encontro principal, o Rio de Janeiro criou um Comitê Municipal de Organização do G20 para atrair para a cidade o maior número possível de reuniões preparatórias e de encontros dos grupos de engajamento. Ao todo, até o final de 2024, o Rio terá recebido cerca de 40 eventos relacionados ao G20. A cidade maravilhosa também vai protagonizar a Copa do Mundo Feminina a ser realizada no Brasil em 2027. Entre os estádios brasileiros, a grande estrela será o carioca Maracanã, anfitrião de oito partidas, incluindo a de abertura e a grande final.

Rio 2016: os jogos do legado – ineditismo sul-americano e inspiração global

A escolha de uma cidade para sediar uma edição dos Jogos Olímpicos pelo COI – o Comitê Olímpico Internacional – é, acima de tudo, uma decisão política. Claro que, no processo de seleção, há uma avaliação técnica rigorosa sobre as condições efetivas de uma determinada cidade receber um evento tão grande e complexo. Mas, junto com a análise do planejamento proposto pelas concorrentes, os membros do COI levam em conta o que cada uma pode agregar ao Movimento Olímpico Internacional. E, ao optarem por uma em detrimento das outras, há sempre nessa escolha um recado geopolítico importante. A eleição do Rio de Janeiro, por exemplo, levou as Olimpíadas pela primeira vez à América do Sul, depois de mais de um século dos Jogos da Era Moderna (que tiveram início em 1896).

Além de representar uma região do planeta que nunca havia recebido o evento, o Rio poderia usar a oportunidade para promover melhorias estruturantes na cidade, demonstrando todo o potencial transformador dos Jogos. E, dessa forma, deu-se a vitória da candidatura carioca contra cidades mais desenvolvidas. Na disputa, o Rio de Janeiro desbancou

Chicago, Madri e Tóquio – as três dotadas de melhor infraestrutura – porque o Comitê Olímpico Internacional entendeu que em nenhuma outra o legado para a população seria maior e mais impactante. A decisão do COI em outubro de 2009 trazia, portanto, um posicionamento político claro e estratégico: naquele momento, para o Movimento Olímpico, tão ou mais importante que o espetáculo esportivo em si, eram os benefícios duradouros que o evento poderia proporcionar para os anfitriões.^{vii}

Assim, desde o início, o Rio de Janeiro, enquanto futura sede dos Jogos de 2016, carregava consigo o simbolismo de representar toda uma área do globo e as expectativas de mudar a sua realidade a partir das Olimpíadas. Caso a empreitada carioca fosse bem-sucedida, a cidade conquistaria avanços importantes e a aposta do COI teria sido acertada. Por se tratar de uma cidade de um país em desenvolvimento, todo o processo de preparação e organização do evento teve ainda um desafio adicional: superar a desconfiança da opinião pública internacional, principalmente do mundo desenvolvido, sobre a capacidade de um membro do Sul Global executar tal missão. Nesse sentido, mais do que o espaço onde competições esportivas aconteceriam, o Rio, como cidade olímpica, desempenhava um importante papel como ator geopolítico.

Diante de tamanha responsabilidade (interna e externa), o Rio de Janeiro seguiu à risca três mandamentos no seu planejamento olímpico. O primeiro deles: os Jogos do Rio deveriam ser os “Jogos do legado”, isto é, as Olimpíadas seriam usadas como pretexto para tirar do papel antigos e novos projetos que nada tinham a ver com o evento propriamente dito. Para cada R\$ 1 investido em instalações esportivas, outros R\$ 5 foram para obras de legado para os cidadãos. Entre as intervenções na cidade que carregam a digital olímpica estão a revitalização de uma área de 5 milhões de m² na Zona Portuária e a implantação de um sistema de transporte mais integrado, que inclui 150 km de corredores de BRTs nas zonas Norte e Oeste, uma nova linha de metrô ligando a Zona Sul à Barra da Tijuca e o VLT conectando toda a região central. Contrariando o ceticismo dos

críticos, a primeira cidade olímpica sul-americana entregou mais do que o prometido: na candidatura apresentada ao COI, o Rio de Janeiro havia se comprometido com 17 projetos de legado, mas implementou 27 projetos no total (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2024).

O segundo mandamento dizia respeito ao uso racional de recursos para financiar a edição carioca das Olimpíadas. Para fazer dos Jogos do Rio uma referência da gestão de recursos públicos, a cidade apostou em PPPs (parcerias público-privadas) e concessões para dividir a conta com a iniciativa privada, que ficou responsável por 60% dos investimentos totais. Quando se analisam apenas as despesas com estádios e a operação do evento, a participação do setor privado chegou a mais de 80% – exatamente a proporção inversa dos Jogos de Londres quatro anos antes, quando 82% dos custos foram pagos com recursos públicos. Com instalações – como o Parque Olímpico, a Vila dos Atletas e o Campo de Golfe, por exemplo – construídas com dinheiro privado, o Rio de Janeiro pôde concentrar seus recursos próprios em outras prioridades – que são, inclusive, demandas comuns de várias cidades de países em desenvolvimento – como a ampliação de rede escolas e unidades de saúde. Para efeito de comparação, saíram do cofre municipal carioca R\$ 732 milhões para arenas esportivas, ou seja, aproximadamente 1% dos R\$ 65 bilhões investidos em educação e saúde no mesmo período, entre 2009 e 2016.

Além de desenvolver soluções inovadoras para transferir parte da conta olímpica ao privado, a Prefeitura do Rio aproveitou a grande visibilidade da cidade a partir da sua escolha em 2009 como futura sede dos Jogos de 2016 para atrair investimentos externos. Para isso, criou já no ano seguinte, em 2010, a Agência Rio Negócios – agência municipal de captação de investimentos, que tinha como suas missões melhorar o ambiente de negócios na cidade e identificar oportunidades alinhadas às vocações econômicas cariocas. A Rio Negócios chegou a 2016 tendo atraído ao longo de seis anos 66 projetos que injetaram R\$9 bilhões e geraram mais de 16,5

mil novos postos de trabalho. Uma amostra de como a ação paradiplomática do Rio de Janeiro durante o ciclo olímpico rendeu ganhos financeiros expressivos (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2024).

Por fim, o terceiro mandamento dos Jogos do Rio: “Jogos sem elefantes brancos”. Para combater o desperdício e evitar a subutilização das estruturas erguidas para as Olimpíadas, os estádios foram planejados de forma sustentável para ganharem novos usos após o evento. A partir do conceito inovador da “arquitetura nômade”, desenvolvido com pioneirismo pelo Rio de Janeiro, algumas arenas já foram projetadas para, depois, serem desmontadas e o material ser usado na construção de novos equipamentos públicos em outros bairros. Foi o caso da Arena do Futuro, que havia recebido os jogos de handebol e deu lugar a quatro escolas em diferentes áreas carentes da Zona Oeste. A Arena 3, onde haviam acontecido as provas de taekwondo e esgrima, também virou um colégio – o maior da rede municipal. Mais do que defender a lógica do reaproveitamento, a cidade do Rio fez história ao transformar pela primeira vez estádios olímpicos em escolas públicas – um ato repleto de simbolismo e força não somente pelo ineditismo da ação, mas por ter sido conduzido justamente por uma cidade do Sul Global, contra quem pesava toda sorte de preconceitos.

Nos sete anos que separaram a escolha do Rio de Janeiro como sede olímpica em 2009 da realização efetiva do evento em 2016, a cidade precisou provar muitas vezes que seria capaz de organizar os Jogos e corresponder às expectativas tanto internas – de transformação da sua própria realidade – quanto externas – do Movimento Olímpico Internacional que depositou ali suas apostas. Durante esse período, o Rio se fortaleceu como ator paradiplomático e se conectou diretamente com o mundo todo, seja para convencer aos demais que daria conta do desafio, seja para trocar experiências com outras cidades olímpicas, seja para atrair investimentos, seja para inspirar outras metrópoles de países em

desenvolvimento. Às vésperas das Olimpíadas, o aspecto paradiplomático adquire contornos ainda mais dramáticos, pois a prefeitura teve de se descolar ainda mais do governo federal – que enfrentava turbulências políticas em função do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff – e do governo estadual – que havia decretado estado de calamidade pública devido a uma crise financeira – e demonstrar que a cidade teria condições de entregar os Jogos com responsabilidade, no prazo, no custo e com muito legado para a população.

Ao final do processo, os Jogos do Rio foram reconhecidos pelo presidente do COI, Thomas Bach, já em 2015 como “os mais inclusivos da história”^{viii}. Em agosto de 2016, Bach declarou que aquela edição olímpica “icônica” demonstrara que “países que não estão no topo da lista de renda também podem organizar Olimpíadas”^{ix}. Colunista do The New York Times, Roger Cohen escreveu à época que os Jogos do Rio “eram bons para o Brasil e para humanidade, um tônico necessário” e criticou a postura crítica do “mundo desenvolvido quando um país em desenvolvimento organiza grandes eventos esportivos”^x. Da mesma maneira, Alex Cuadros, articulista da New York Magazine, destacou que as “piores previsões sobre os Rio não se tornaram realidade” e a cidade “fez melhorias expressivas” naquele período.^{xi}

E o reconhecimento ao trabalho eficiente do Rio de Janeiro continua sendo destacado oito anos depois. A Fundação Getúlio Vargas acabou de divulgar um estudo inédito sobre os impactos econômicos do legado olímpico na cidade. Segundo a FGV, os projetos viabilizados pelos Jogos impulsionaram a economia do município do Rio em quase R\$ 100 bilhões. Os cálculos levaram em conta projetos de legado que foram concluídos até 2016 e outros que foram ampliados e retomados depois do evento. A análise revelou que o impacto sobre o PIB carioca foi de mais de R\$ 51 bilhões e sobre a renda das famílias chegou a R\$ 36 bilhões, com a geração de 465 mil empregos. Os números fizeram a Fundação Getúlio Vargas concluir que “a Prefeitura do Rio de Janeiro entregou um dos Jogos Olímpicos mais

eficientes da história em termos do uso racional do dinheiro público” (FGV CONHECIMENTO, 2024).

Ainda sobre o desempenho exemplar do Rio de Janeiro, a prefeita de Paris, Anne Hidalgo, anfitriã dos Jogos de 2024, citou dois ensinamentos que aprendeu com a experiência olímpica carioca: “terminar as obras com antecedência” e “reaproveitar tudo que é temporário para não deixar elefantes brancos”^{xii}. Os três mandamentos dos Jogos do Rio, mais do que premissas de planejamento do evento de 2016, revelaram-se, portanto, lições de uma cidade global do Cone Sul que seguem servindo de inspiração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALDECOA, Francisco; KEATING, Michael. *Paradiplomacy in Action: The Foreign Relations of Subnational Governments*. London and Portland: Frank Cass, 1999.
- BECK, Ulrich. *O que é globalização? Equívocos do globalismo, respostas à globalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. *Local y Global: La gestión de las ciudades en la era de la información*. Madrid: Taurus, 1997.
- BOUTELIGIER, Sofie. *Cities, Networks and Global Environmental Governance*. New York: Routledge, 2013.
- CORNAGO, Noé. *Diplomacy and paradiplomacy in the redefinition of International Security: dimensions of conflict and co-operation*. In: ALDECOA, Francisco; KEATING, Michael. *Paradiplomacy in Action: The Foreign Relations of Subnational Governments*. London and Portland: Frank Cass, pp. 40-57, 1999.
- DUCHACEK, Ivo D. *Perforated Sovereignities: Towards a Typology of New Actors in International Relations*. In: MICHELMANN, Hans; SOLDATOS, Panayotis. *Federalism and International Relations: The Role of Subnational Units*. Oxford: Clarendon Press, p. 1-33, 1990.
- FGV CONHECIMENTO. *Legado dos Jogos Olímpicos Rio 2016: Impactos Econômicos*. Rio de Janeiro: FGV, 2024.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade pessoal*. Oeiras: Celta Editora, 1994.
- HARVEY, David. *The condition of post modernity: An enquiry into the origin of cultural change*. Oxford: Blackwell, 1989.
- HELD, David; MCGREW, Anthony. *The global transformations reader: an introduction to the globalization debate*. Cambridge: Polity Press, 2003.
- HOCKING, Brian. *Localizing Foreign Policy: Non-Central Governments and Multilayered Diplomacy*. London and New York: Macmillan / St Martin's Press, 1993.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Legado: a transformação do Rio antes, durante e depois dos Jogos Olímpicos*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2024.
- ROBERTSON, Roland. *Globalization: Social theory and global culture*. Londres: Sage, 1994.
- SASSEN, Saskia. *The global city: New York, London, Tokyo*. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 1991.
- SASSEN, Saskia. *The global city: introducing a concept*. *Brown Journal of World Affairs*, v. 11, no. 2, p. 27-43, 2005.
- SASSEN, Saskia. *Cities in Today's Global Age*. *SAIS Review*. v. 29, no. 1, p. 3-34, 2009.

SASSEN, Saskia. Sociologia da Globalização. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SOLDATOS, Panayotis. An Explanatory Framework for the Study of Federal States as Foreign-policy Actors. In: MICHELMANN, Hans; SOLDATOS, Panayotis. Federalism and International Relations: The Role of Subnational Units. Oxford: Clarendon Press, p. 34-53, 1990.

TAYLOR, Peter J. New political geographies: Global civil society and global governance through world city networks. Political Geography [online], v. 24, no 6, pp. 703-730, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2005.01.009>.

Notas

- ⁱ WORLD URBANIZATION Prospects 2018. United Nations, Population Division, [s.d.]. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/pd/news/world-urbanization-prospects-2018> . Acesso em: 23 jun. 2024.
- ⁱⁱ PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Prefeitura do Rio, [s.d.]. Coordenadoria de Relações Internacionais. Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/web/relacoesinternacionais/a-coordenadoria>. Acesso em: 23 jun. 2024.
- ⁱⁱⁱ RIO DE JANEIRO (Cidade). LEI Nº 1.949, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1993. Cria quatro cargos de Secretário Extraordinário e dá outras providências. 13 fev. 1993. Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/c8aa0900025fee6032564ec0060dfff/037a59f414a6a35f032576ac007335a3?OpenDocument> . Acesso em: 23 jun. 2024.
- ^{iv} GOVERNOS LOCAIS PELA SUSTENTABILIDADE. ICLEI, 2023. Associados. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://americadosul.iclei.org/associados/rio-de-janeiro/> . Acesso em: 23 jun. 2024.
- ^v C40 CITIES. C40, 2023. Leadership. The C40 Chair. Disponível em: <https://www.c40.org/leadership/the-chair/>. Acesso em: 30 set. 2023.
- ^{vi} SDSN. Strengthening Access to Long-Term Financing for Sustainable Development in Cities and Worldwide. YouTube, jul. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=A4c3Co2gwIY>. Acesso em: 23 jun. 2024.
- ^{vii} Cf: Para analistas, impacto da Olimpíada na cidade-sede vai pesar em escolha. BBC News, setembro, 2009. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/10/090930_olimpiada_analistasrg_ml
- ^{viii} <https://olimpiadas.uol.com.br/noticias/2015/08/05/dilma-fala-em-mais-lindo-cenario-da-historia-em-evento-da-rio-2016.htm>
- ^{ix} <https://ge.globo.com/olimpiadas/noticia/2016/08/bach-diz-que-realizaria-jogos-de-novo-no-rio-foi-uma-olimpiada-iconica.html>
- ^x <https://www.nytimes.com/2016/08/16/opinion/brazils-uplifting-olympics.html>
- ^{xi} <https://nymag.com/intelligencer/2016/08/the-disaster-olympics-that-werent.html>
- ^{xii} Paris será uma cidade feliz nos Jogos, diz prefeita da sede olímpica, Folha de São Paulo, maio, 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esport>

sede-olimpica.shtml
e/2024/05/paris-sera-uma-cidade-
feliz-nos-jogos-diz-prefeita-da